



EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

- **OBJETO:** *Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.*
- **ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E A PROPOSTA COMERCIAL:**
DATA: dia 17 / 04 / 2017
HORÁRIO: 9:00 horas
LOCAL: Sede da CESAMA à Av. Barão do Rio Branco, nº 1.843, 10º andar, Centro.
- **CONSULTAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet, através do site www.cesama.com.br, pelos Telefones (32) 3692-9200 / 3692-9201, ou na sala do Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos.
- **ESCLARECIMENTOS:** através do e-mail licita@cesama.com.br ou pelo fax (32) 3692-9202.
- **ENDEREÇO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E ASSESSORIA DE CONTRATOS:** Avenida Barão do Rio Branco, nº 1843 (Edifício Adhemar Rezende de Andrade), 10º andar, Centro, Juiz de Fora / MG, CEP 36.013-020.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

A **Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA**, com sede à Avenida Barão do Rio Branco, 1843 (Edifício Adhemar Rezende de Andrade), 10º andar, Centro, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP 36.013-020, inscrita no CNPJ 21.572.243/0001-74, torna público que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/17**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** e **Regime de Empreitada por Preço por Preço Unitário**.

Esta licitação será conduzida pela Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 112/16 e será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo Decreto Federal nº. 8.538/15, pela Lei Municipal nº 10.214 de 27/05/2002, pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta licitação a ***Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.***

CAPÍTULO II - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

2.1. Cópia deste edital encontra-se disponível na *internet*, no *site* www.cesama.com.br, podendo ser obtida, também, no Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos (Av. Barão do Rio Branco, 1843 - Edifício Adhemar Rezende de Andrade -, 10º andar, Centro, Juiz de Fora / MG, CEP 36.013-020) no horário de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas, mediante apresentação de dispositivo para cópia.

2.2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site* www.cesama.com.br, bem como as publicações no Diário Oficial Eletrônico do

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





Município de Juiz de Fora, no endereço eletrônico www.pjf.mg.gov.br, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail licita@cesama.com.br, em até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

2.3.1. As respostas às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.cesama.com.br, ficando acessíveis a todos os interessados.

2.4. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitante, até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licita@cesama.com.br e protocolizadas na sala do Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos, sob pena de preclusão.

2.4.1. A CESAMA não se responsabilizará por impugnações endereçadas equivocadamente e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

2.4.2. A decisão da CESAMA será enviada ao impugnante via e-mail e será divulgada no site da CESAMA para conhecimento de todos os interessados.

CAPÍTULO III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, com o registro junto ao Cadastro Geral de Licitantes – **CAGEL** – emitido pela Prefeitura de Juiz de Fora, válido.

3.1.1. As empresas não cadastradas no CAGEL ou com o mesmo vencido, deverão entregar os documentos necessários ao seu cadastramento / renovação no Cadastro Geral de Licitantes de Juiz de Fora, localizado à Av. Brasil, 2.001 – 4º andar - Centro, CEP 36.060-010, para análise e emissão do Certificado.

3.1.2. Informações quanto ao CAGEL poderão ser adquiridas através do link www.pjf.mg.gov.br/cpl/cagel.php ou pelos telefones (32) 3690-8182 ou 3690-8184.

3.2. Não poderão participar da presente licitação as empresas:

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





- a) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a CESAMA ou com a Prefeitura de Juiz de Fora;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- c) com falência decretada;
- d) em consórcio, conforme item 02 do Termo de Referência;
- e) estrangeiras, que não funcionem no País;
- f) cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

3.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.4. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

4.1. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preço deverão ser entregues, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, na Sede da CESAMA, até às **9:00 horas do dia 17(dezessete) de abril de 2017 (dois mil e dezessete)**.

4.1.1. Os envelopes deverão conter em sua parte externa as seguintes informações:

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17
“ENVELOPE 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA LICITANTE**

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE
SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17
“ENVELOPE 02 - PROPOSTA DE PREÇO”
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA LICITANTE**

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





4.1.2. A CESAMA não se responsabilizará pela abertura antecipada de envelopes que não mostrem a correta identificação e, ainda, por envelopes endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso do Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste Edital.

CAPÍTULO V – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local designados neste Edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto à Comissão de Licitação.

5.2. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão por seu sócio, proprietário ou dirigente. A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo III, comprovando a outorga de poderes necessários a prática dos atos inerentes ao procedimento licitatório.

5.2.1. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Comissão de Licitação implica a presunção de sua capacidade legal para realização de todas as transações inerentes ao certame e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

5.3. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se durante a sessão.

5.4. O credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.5. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 da lei citada, por meio de declaração, conforme modelo do Anexo V.





5.5.1. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos civil, penal e administrativamente.

5.5.2. Somente poderão usufruir o tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, as empresas que se declararem ME ou EPP no MOMENTO DO CREDENCIAMENTO.

5.6. Após o (a) Presidente da Comissão de Licitação declarar que está encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

5.7. Após o credenciamento e a declaração de condição de ME e EPP, serão abertos os envelopes contendo a Documentação de Habilitação. A Comissão, então, analisará os documentos e decidirá sobre a habilitação dos licitantes.

5.8. Após a divulgação do julgamento da habilitação serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço.

5.9. A abertura do envelope de Proposta de Preço somente ocorrerá com a divulgação do resultado da fase anterior e após:

- a) renúncia expressa de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso na fase de habilitação, registrada em ata ou formalizada por escrito, nos termos do art. 43, III e art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93; ou
- b) transcorrer o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- c) publicação da decisão dos recursos interpostos.

5.10. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos presentes, consignando, se for o caso, as manifestações dos representantes credenciados.

5.10.1. Em caso de necessidade de esclarecimentos que não possam ser dirimidos de imediato, demandando análises complementares ou diligências, estas serão consignadas em ata, podendo a sessão ser suspensa.

5.10.2. A decisão quanto à fase em que a sessão tiver sido suspensa será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora e no *site* da CESAMA, ficando os envelopes da fase subsequente sob a guarda da Comissão, devidamente





lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes.

5.10.3. Na hipótese de a Comissão não publicar a decisão no Diário Oficial Eletrônico do Município e no *site* da CESAMA, será marcada data e horário para continuidade da sessão e divulgação do resultado da habilitação, a ser comunicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação e aviso no *site* da CESAMA, ocasião em que poderão ser abertos os envelopes da fase subsequente.

5.10.4. Todos os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão.

5.11. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase subsequente.

5.12. Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de Proposta de Preço, não caberá desclassificação da Proposta de Preço por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

CAPÍTULO VI – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Para se habilitarem as empresas deverão apresentar a documentação abaixo relacionada que constará no Envelope nº 01 (“Documentos de Habilitação”):

6.1.1. Certificado, em vigor, de registro junto ao Cadastro Geral de Licitantes – CAGEL – emitido pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

6.1.1.1. O CAGEL só será válido com todos os seus documentos dentro do prazo de validade. Caso alguma certidão esteja vencida, deverá ser apresentada uma nova revalidada.

6.1.2. Contrato Social, acompanhado da última alteração contratual, ou Estatuto Social ou ainda qualquer outro ato Constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e compatível com o objeto a ser licitado.





6.1.2.1. Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do Contrato Social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada da última alteração promovida e registrada no órgão competente.

6.1.3. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Resolução nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho e dos Artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

6.1.4. Certidão(ões) negativa (s) de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial, expedida (s) pelo (s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica;

6.1.5. Certidão de registro da empresa licitante e do seu responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo) do Estado de origem. O visto do CREA/MG ou CAU/MG só será solicitado ao vencedor da licitação

6.1.6. Prova que o responsável técnico integra do corpo técnico da empresa licitante, na data da apresentação dos documentos de Habilitação e Proposta, comprovada esta condição como sócio, diretor, empregado ou contratado.

6.1.7. Comprovação de aptidão para desempenho da empresa licitante ou do seu responsável técnico, feita através de atestado(s) de execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação e especificação, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura) ou no CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo).

6.1.8. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador(es) nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal, conforme modelo do **Anexo IV**.

6.2. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:





- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se a licitante for a matriz, e o executor do contrato for a filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.3. A Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.3.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CESAMA, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão de Licitação.

6.3.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

6.3.4. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 6.3.1, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

6.4. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

6.4.1. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos **últimos 90 (noventa) dias** anteriores à data





fixada para sua apresentação, exceto aqueles que pela sua natureza não possuam validade.

6.5. Todos os documentos deverão ser apresentados em suas versões originais ou em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou pela Comissão de Licitação da CESAMA.

6.5.1. As licitantes interessadas na autenticação das cópias deverão procurar os membros da Comissão de Licitação para proceder à autenticação, preferencialmente antes da sessão de abertura dos envelopes. As cópias também poderão ser autenticadas durante a sessão.

6.6. A Comissão de Licitação poderá confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela *internet*, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

6.7. Os documentos mencionados neste Capítulo não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

CAPÍTULO VII – PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A Proposta de Preço poderá ser apresentada conforme modelo do Anexo VI, ou em modelo próprio, redigida em língua portuguesa, contendo identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fax, e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

a) Declaração de que no preço proposto considera-se a execução completa do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão de obra, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, tributos, cargas, transportes, descargas e outras despesas, além do lucro.

a.1) O valor das despesas com pessoal, contribuições sociais e demais encargos advindos da relação laboral deverão ser calculados considerando

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





o salário mínimo da classe e quaisquer outros direitos advindos de negociação coletiva, de acordo com a convenção coletiva.

- b) Percentual de desconto ofertado, que incidirá linearmente sobre os itens da planilha de preços da CESAMA, com no máximo 2 (duas) casas decimais.
- c) Declaração do licitante de que está ciente e de acordo com as condições do edital, cujos termos são de sua perfeita compreensão, bem como de que o mesmo contém as condições gerais relativas ao fornecimento, independente de qualquer instrumento ou termo especial.

7.2. A validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação. No caso de suspensão do processo licitatório proveniente da interposição de Recursos Administrativos ou Medidas Judiciais, o prazo de validade das propostas será suspenso até o julgamento dos mesmos.

7.2.1. Decorridos 90 (noventa) dias da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

7.2.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 90 (noventa) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse da CESAMA.

7.2.3. A prorrogação das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento das licitantes quanto à respectiva proposta.

7.3. A licitante não poderá apresentar mais de uma proposta.

CAPÍTULO VIII – JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A ausência ou a apresentação da documentação de habilitação em desacordo com o previsto no Capítulo VI, inabilitará a licitante, impossibilitando a abertura do seu envelope de Proposta de Preço.

8.2. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documento de habilitação exigido neste Edital e não presente no envelope durante a reunião

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





destinada à habilitação, salvo nos casos previstos na Lei 8.666/93, art. 48, parágrafo terceiro.

8.3. Após a fase de habilitação, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

8.4. Julgada a fase de habilitação, somente serão abertos os envelopes de proposta dos licitantes que tenham satisfeito às exigências contidas neste Edital.

CAPÍTULO IX – JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1. Serão abertos os envelopes Proposta de Preço apenas das licitantes que forem habilitadas, nos termos do Capítulo VIII.

9.2. A Comissão de Licitação examinará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital e sua aceitabilidade.

9.3. Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) não se refira à integralidade do objeto;
- b) não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;
- c) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1. Se a Comissão de Licitação entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios.

9.3.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, analisado para execução global do objeto e cumprimento das normas legais, a proposta será desclassificada.

9.4. Serão desconsiderados valores a partir da terceira casa decimal.

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





9.5. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

9.6. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta de Preço poderão ser corrigidos pela Comissão de Licitação.

9.6.1. Serão corrigidos os valores dos preços totais e/ou globais, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor dos preços unitários, após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

9.6.2. Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

9.7. Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

9.7.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço, inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.
- b) Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão de Licitação encaminhará correspondência ao licitante por meio eletrônico, fixando o prazo de 48 horas para apresentação de nova proposta, a ser enviada para o e-mail licita@cesama.com.br, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.
- c) Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.
- d) Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 9.7, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.





- e) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre essas empresas, na sessão, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta de preço.
- f) Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

9.8. Após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, será apurado a menor preço exequível.

9.9. A Comissão de Licitação poderá desconsiderar, no julgamento das propostas, evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

CAPÍTULO X – CLASSIFICAÇÃO

10.1. Para julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, o **critério de julgamento de menor preço, apurado através do MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO ofertado que incidirá linearmente sobre a planilha de orçamento da CESAMA**, observados os prazos, as especificações e as condições estabelecidas neste Edital.

10.2. A Comissão de Licitação classificará as propostas em ordem numérica decrescente, sendo considerada vencedora a que contiver o maior percentual de desconto.

10.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio nos termos do art. 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, na sessão, no mesmo dia ou, caso esta tenha sido suspensa, no dia de sua continuidade, para o qual todos os licitantes serão convocados.

10.4. A Comissão de Licitação divulgará relatório com a ordem de classificação final.

CAPÍTULO XI – RECURSOS, CONTRARRAZÕES E IMPUGNAÇÕES





11.1. Os Recursos Administrativos a que se referem os Itens 4.14 e 5.5 deverão ser interpostos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da divulgação dos resultados, e serão dirigidos ao(a) Presidente da Comissão de Licitações da CESAMA.

11.2. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3. Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) Serem encaminhados para o endereço eletrônico licita@cesama.com.br **ou** protocolados em via original no Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Licitações;
- b) Estarem assinados e rubricados em todas as páginas por representante legal da empresa e devidamente fundamentados.

11.4. Os Recursos contra decisão de anulação ou revogação do certame somente serão aceitos protocolados em via original no Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos e observada a letra “b” do item anterior.

11.5. Os Recursos interpostos fora do prazo legal não serão conhecidos.

11.6. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o dia do vencimento. Caso o dia do vencimento caia em dia sem expediente na CESAMA, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

11.7. As **Impugnações** relativas ao presente Edital deverão ser interpostas ao Diretor Presidente e protocoladas no Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos até 05 (cinco) dias úteis antes da data pré-fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Decairá do direito de impugnar o Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes.

11.8 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste Edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.





CAPÍTULO XII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XIII – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO E RESCISÃO

13.1. As condições gerais do Contrato e sua rescisão encontram-se discriminadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

CAPÍTULO XIV - PENALIDADES

14.1. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a empresa contratada ao pagamento de uma multa de mora de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) para cada dia de atraso, sobre o valor global do contrato, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

14.2. A multa de que trata este Item não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela CESAMA e a aplicação de outras sanções.

14.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CESAMA poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, isoladas ou cumulativamente:

- a) advertência;
- b) multa meramente moratória, como previsto no item anterior, ou multa-penalidade de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, na impossibilidade do mesmo;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedidos de contratar com a CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CESAMA.

14.4. O descumprimento de cada item de Segurança e Medicina do Trabalho determinado pela Portaria 3214/78 acarretará o desconto na medição mensal sobre o valor global do contrato de:

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





- ⇒ 0,1% infração nível 1;
- ⇒ 0,2% infração nível 2;
- ⇒ 0,3% infração nível 3; e
- ⇒ 0,4% infração nível 4.

14.4.1. Serão observadas as gradações existentes na NR-28 Fiscalização e Penalidades da Portaria 3214/78. Para riscos gerados não previstos nesta portaria descontar-se-á o percentual de 0,25% nas mesmas condições. Em caso de reincidência a multa será acrescida em 100% sobre a multa anterior. Poderão ainda ser feitas notificações pela CESAMA através do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho e/ou gestor do contrato.

14.4.2. A multa relativa ao descumprimento das normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho contidas na Portaria nº 3214/78 poderá ser aplicada cumulativamente a multa penalidade descrita no Item 14.3 letra “b”.

14.5. A sanção estabelecida na letra “d” do Item 14.3 é de competência exclusiva do Diretor presidente da CESAMA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

14.6. Quando o objeto da licitação não for realizado e aceito até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste Edital, sendo que as despesas serão efetuadas à expensas do contratado.

14.7. As penalidades previstas neste Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CESAMA, se entender as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, relevantes.

14.8. As multas serão descontadas dos pagamentos devidos decorrentes do respectivo contrato ou, em caso contrário, recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da decisão administrativa que as tenham aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES GERAIS

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





15.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência, Especificação e Cronograma físico financeiro

Anexo II – Minuta de Contrato

Anexo III – Modelo de Procuração / Credenciamento

Anexo IV – Declaração do artigo 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal

Anexo V – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP

Anexo VI – Modelo de Proposta Comercial

Anexo VII – Modelo de Desistência de Interposição de Recurso

Anexo VIII – Orientações de Segurança do Trabalho

15.2. Caso dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação feita pela CESAMA, o adjudicatário não comparecer para a assinatura do Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, o mesmo ficará sujeito às sanções cabíveis. A CESAMA poderá convocar os licitantes subsequentes, segundo a ordem de classificação das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da proposta classificada em primeiro lugar, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, §2º da Lei nº 8.666/93.

15.3. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.4. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de Proposta de Preço de licitantes inabilitados.

15.4.1. Os envelopes de nº 02 dos licitantes inabilitados ficarão sob a guarda da Comissão de Licitação e disponíveis para devolução quando a licitação já estiver encerrada em todas as suas fases e transcorridos todos os prazos recursais. Os envelopes que não forem retirados no prazo de 03 (três) meses serão incinerados.

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





15.5. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas de Preço a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

15.6. Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15.7. A Comissão de Licitação, no interesse da CESAMA, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame, e relevar omissões e erros formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no §3º, do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

15.7.1. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

15.8. As decisões do Diretor Presidente da CESAMA e da Comissão de Licitação serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Juiz de Fora, no endereço eletrônico www.pjf.mg.gov.br, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º, do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e divulgadas no site www.cesama.com.br.

15.9. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

15.10. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a CESAMA revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

15.11. Para atender a seus interesses, a CESAMA poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.





15.12. A CESAMA poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

15.13. Todas as Atas relacionadas a este certame ficarão a disposição dos licitantes para consulta no site www.cesama.com.br. O DELC (Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos) não se responsabiliza pela inobservância por parte do licitante das informações contidas nas atas disponibilizadas no site da CESAMA.

15.14. O *download* do Edital, a verificação das atualizações e as respostas dos questionamentos e impugnações feitos até a data da abertura dos envelopes ficam a cargo dos licitantes. O DELC (Departamento de Licitações e Assessoria de Contratos) não se responsabiliza pela falta de informações ou pelas não atualizações por parte do licitante das informações disponibilizadas no site da CESAMA.

15.15. Serão observadas as disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), na execução deste contrato, no que couber.

15.16. Informamos que a CESAMA não é contribuinte do ICMS.

15.17. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Juiz de Fora, 22 de março de 2017.

(assinado no original)

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência encontra-se no arquivo “ANEXO I – Termo de Referência” que integra este edital.

Os arquivos que compõem o Termo de Referência são:

ANEXO I – Especificação

ANEXO I – Orçamento

ANEXO I – Cronograma

ANEXO I - Projeto caixa para VRP

ANEXO I - Posicionamento VRP's





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a
Companhia de Saneamento Municipal - **CESAMA** e a empresa

.....

A **Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA** situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843, 10º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 21.572.243/0001-74, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente André Borges de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, celebra o presente contrato com o Sr., brasileiro, representante legal da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada na, cujo objeto é a ***execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA***, constante de sua proposta vencedora da **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/17** (zero um barra dezessete) e especificações, homologada pelo Diretor Presidente às fls., mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: PARTES

1.1. Para os efeitos das disposições contratuais, a Companhia de Saneamento Municipal – **CESAMA** será designada pela sigla **CESAMA** e a empresa por **CONTRATADA**;

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Contrato a ***execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA***.

2.2. As obras e serviços a serem executados são os descritos no Edital da TOMADA DE PREÇOS Nº 01/17, bem como nas especificações e projetos que o compõe, além do Termo de Referência e demais anexos em todos os seus termos e disposições.

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





2.3. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos e a proposta da licitante vencedora e seus anexos, naquilo em que não conflitar com o Edital, sem prejuízo das demais cláusulas.

2.4. Toda a documentação apresentada no Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido

CLÁUSULA TERCEIRA: VALORES

3.1. As obras e serviços contratados têm o **preço total de R\$ (.....)**, conforme planilha descritiva em anexo, elaborada com desconto de ---- % de desconto sobre a planilha orçamento da CESAMA, e nele estão incluídas todas as despesas com tributos, pessoal, contribuições sociais, transportes, descarga e quaisquer outras despesas incluídas na transação. O valor das despesas com pessoal, contribuições sociais e demais encargos advindos da relação laboral deverão ser calculados considerando o salário mínimo da classe, e quaisquer outros direitos advindos de negociação coletiva, de acordo com a convenção coletiva;

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário;

4.2 A vigência do Contrato será a partir da data da sua assinatura até o término do prazo de execução do objeto especificado neste instrumento.

4.2.1 O prazo de execução do objeto será de 3 (três) meses contados a partir data da emissão da Ordem de Serviço, após a assinatura do Contrato.

4.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do CONTRATO.





4.4. A **CESAMA** poderá, dentro do prazo contratual firmado com a **CONTRATADA**, **reduzir ou aumentar em até 25% (vinte e cinco por cento)** o valor do presente contrato, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de reduzi-lo ou aumentá-lo, nas mesmas bases de preços contratados;

4.5. Sempre que for necessário acrescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações deverão fazer parte do aditamento ao contrato a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades dos materiais, objeto da licitação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados. Em qualquer hipótese serão observados os limites estabelecidos na Lei Federal nº 8666/93.

4.5.1. Conforme § 2º do art. 57 da Lei Federal 8.666/93, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

4.6. A **CONTRATADA** se obriga a manter sob sua única e exclusiva responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços contratados, reconhecendo, também, que é de sua única e exclusiva responsabilidade os danos que vier a causar à **CESAMA**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, por si ou por seu empregado, responsabilizando-se pelos ressarcimentos e indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar, em decorrência da execução dos serviços, objeto do presente contrato, sem qualquer ônus para a **CESAMA**, seja na esfera administrativa ou judicial, não reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CESAMA;

4.7. A **CONTRATADA** se obriga pela substituição dos profissionais contratados caso estes não atendam às necessidades da CESAMA ou apresentem atitudes incompatíveis com sua postura profissional, a critério da CESAMA.

4.8. A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços dentro dos padrões técnicos recomendáveis e das especificações fornecidas e cronograma, responsabilizando-se pela solidez, segurança e boa execução dos serviços e dos materiais empregados, comprometendo-se até a entrega e aceitação total dos serviços a substituir gratuitamente e a efetuar quaisquer reparos necessários, por força de vício, defeito,

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





erros, falhas e outras irregularidades provenientes de negligência, desídia, má fé ou imperfeição do material por ela aplicado ou mão-de-obra empregada que torne a obra imprópria, perigosa ou imperfeita para as finalidades a que se destina, tomando as precauções necessárias à segurança de terceiros;

4.9. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todos os ônus tributários, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos e normas de segurança e higiene do trabalho, relativos aos serviços contratados.

4.10. A **CONTRATADA** deverá manter fiscalização e supervisão da qualidade dos serviços por pessoa credenciada a representá-la sempre que necessário junto a CESAMA.

4.11. A **CONTRATADA** se obriga, neste ato, a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.12. Fica a **CONTRATADA** obrigada, junto aos seus empregados, a obedecer, rigorosamente, as normas de segurança do trabalho, sob pena de impedimento do trabalho do empregado sem os equipamentos devidos e suspensão dos pagamentos e, até mesmo, suspensão de todo o trabalho, respondendo o mesmo por perdas e danos. Toda e qualquer solução sob normas de segurança do trabalho (de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência) será de responsabilidade, e, exclusiva, da CONTRATADA;

4.13. A **CONTRATADA** deverá cumprir o disposto da Portaria nº 3.214/78 e seus anexos, do Ministério do Trabalho e da Previdência, no tocante às exigências da Segurança e Medicina do Trabalho.

4.14. A **CONTRATADA** deverá apresentar antes do início dos serviços ao DEST - Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho (Rua Monsenhor Gustavo Freire, 75 - Bairro São Mateus), os documentos abaixo relacionados, sem os quais, não será emitida a Ordem de Serviço:

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





- a) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- b) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- c) Cópia de Fichas de EPI dos funcionários, devidamente assinadas;
- d) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de todos os funcionários (admissional, periódico e demissional);
- e) Apresentar o nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATADA, antes da emissão de Ordem de Serviço;

4.15. A **CONTRATADA** deverá indicar ao Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho, antes do início dos serviços, o Técnico de Segurança do Trabalho responsável pelos mesmos.

4.17. Será obrigatório o uso de uniforme por todos os empregados da empresa prestadora de serviços. Tal uniforme deverá estar caracterizado “**A SERVIÇO DA CESAMA**”, devendo seu custo estar diluído nos demais itens.

4.18. A **CONTRATADA** deverá seguir as Orientações de Segurança do Trabalho constantes no Anexo VIII do Edital.

4.18. As atividades modificadoras do meio ambiente deverão apresentar comprovação de sua regularidade ambiental de forma compatível com essas atividades.

4.19. Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

CLÁUSULA QUINTA: MEDIÇÕES E PAGAMENTO

5.1. DAS MEDIÇÕES

5.1.1. As medições serão elaboradas, mensalmente, pelo fiscal do contrato designado pela CESAMA e deter-se-ão sobre os serviços executados no período

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da CESAMA.

5.1.2. As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado, respeitado o cronograma físico financeiro em anexo a este instrumento.

5.1.3. As medições poderão ser efetivadas até dez dias do mês subsequente ao período considerado no item 5.1.1, data limite para emissão pela CESAMA da ordem de faturamento.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, na primeira quinta-feira, 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente da CESAMA e, preferencialmente de acordo com o Cronograma físico-financeiro.

5.2.2. O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico financeiro, através de depósito em conta bancária ou via **TED** (transferência eletrônica disponível), para valores iguais ou superiores a R\$1.000,00 (mil reais), cujas tarifas extras correrão por conta da **CONTRATADA**.

5.2.3. O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

a) Após a aceitação da Nota Fiscal;

b) Após o recolhimento pela adjudicatária de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.

5.2.4. Para efetivação do pagamento, a **CONTRATADA** deverá elaborar **Folha de Pagamento** contendo nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – **CTPS**, data de admissão, salário pago relativo aos empregados designados para a prestação dos serviços. Ainda deverão ser anexadas cópias dos contra cheques e folhas de ponto de cada empregado. Deverá ser apresentada a **RE** (Relação de Empregados) constantes no Arquivo **SEFIP** (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) junto com a Nota Fiscal ou Fatura, para comprovar o recolhimento devido. Todos os valores apresentados

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





deverão estar de acordo com o salário mínimo da classe a que pertencer os empregados, sem o qual a **CESAMA** ficará inibida da quitação da Nota Fiscal;

5.2.5. Nas Notas Fiscais deverão ser anexadas, também, cópias da **Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP)** e da **Guia da Previdência Social (GPS)**, relativos aos empregados designados para trabalhar no serviço, objeto deste contrato;

5.2.6. Na Nota Fiscal (em duas vias) deverão, ainda, ser anexadas as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho;

5.2.7. O recolhimento do INSS e do FGTS referente aos serviços deverá ser feito de forma individualizada, por tomador, e esta condição deverá ser comprovada mensalmente, a cada emissão de Nota Fiscal;

5.2.8. Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido *“pro rata”* entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

CLÁUSULA SEXTA: PENALIDADES

6.1. O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) para cada dia de atraso, sobre o valor global do Contrato, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

6.2. A multa de que trata este Item não impedirá a rescisão unilateral do Contrato pela CESAMA e a aplicação de outras sanções;

6.3. Pela inexecução, total ou parcial do contrato, a CESAMA poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência;

b) Multa meramente moratória, como previsto no item 6.1 ou multa-penalidade de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato, na impossibilidade do mesmo;

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedidos de contratar com a CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CESAMA;

6.3.1. A sanção estabelecida na letra “d” do Item 7.3 é de competência exclusiva do Diretor presidente da CESAMA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista;

6.4. Serão aplicadas multas diferenciadas para o descumprimento de cada item de Segurança e Medicina do Trabalho determinado pela Portaria 3214/78, acarretando o desconto na medição mensal sobre o valor global do contrato de:

- ⇒ 0,1% infração nível 1;
- ⇒ 0,2% infração nível 2;
- ⇒ 0,3% infração nível 3; e
- ⇒ 0,4% infração nível 4.

6.4.1. Serão observadas as gradações existentes na NR-28 Fiscalização e Penalidades da Portaria 3214/78. Para riscos gerados não previstos nesta portaria descontar-se-á o percentual de 0,25% nas mesmas condições. Em caso de reincidência a multa será acrescida em 100% sobre a multa anterior. Poderão ainda ser feitas notificações pela CESAMA através do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho e/ou gestor do contrato.

6.4.2. A multa relativa ao descumprimento das normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho contidas na Portaria nº 3214/78 poderá ser aplicada cumulativamente a multa penalidade descrita no Item 6.3 letra “b”.

6.5. Quando o objeto da licitação não for realizado e aceito até o vencimento do prazo estipulado para a execução dos serviços a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas à expensas da CONTRATADA;





6.6. Suspensão do direito de licitar com o Governo deste município e com seus órgãos descentralizados, pelos prazos de 03 (três) a 06 (seis) meses e por maiores prazos quando a firma incorrer nos casos previstos no regulamento e normas locais.

6.7. Declaração de inidoneidade quando a empresa, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticar falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da Administração.

6.8. As penalidades previstas no Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CESAMA, se entender as justificativas apresentadas pela CONTRATADA relevantes.

6.9. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos decorrentes do respectivo Contrato ou, em caso contrário, recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da decisão administrativa que as tenham aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA: RESCISÃO

7.1. A rescisão deste Contrato terá lugar de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a empresa CONTRATADA:

- a) Falir, entrar em recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Transferir em parte as obrigações decorrentes desta licitação, sem a prévia anuência do Diretor Presidente da CESAMA;
- c) Não prestar o serviço dentro dos prazos propostos e de acordo com o solicitado;
- d) Não apresentar as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho.

7.2. A interrupção do prazo estabelecido neste Contrato, somente será possível nos seguintes casos:

- a) Motivo comprovado de força maior, imediatamente levado ao conhecimento do Diretor Presidente da CESAMA, através de documento comprobatório, o

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





qual decidirá a seu exclusivo critério;

- b) Por ordem da CESAMA para paralisar a prestação dos serviços;
- c) Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir o disposto da **Portaria nº 3.214/78** e seus anexos, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências da Segurança e Medicina do Trabalho, dentro aquilo que seja necessário para o cumprimento do contrato.

8.2. Aplica-se à execução deste contrato a Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto do contrato.

CLÁUSULA NONA: FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa de qualquer outro porventura existente, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

Por estarem assim justos e contratados, lavrou-se o este Contrato, que vai assinado pelas partes, na presença de duas testemunhas.

Juiz de Fora, de de

André Borges de Souza
Diretor Presidente - CESAMA

CONTRATADA

Testemunhas _____





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO / CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, por si lido e assinado de seu próprio punho, brasileiro, (estado civil), (cargo), nomeia seu bastante procurador o Sr., brasileiro, (estado civil), Identidade nº, com os poderes específicos de representar a empresa, na **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17** da Companhia de Saneamento Municipal - **CESAMA**, dispondo de todos os poderes de representação, inclusive os de examinar e visar documentos e propostas das demais licitantes, ratificar proposta da empresa, retirá-la, assinar atas, firmar documentos, deliberar, concordar, transigir, desistir, renunciar, impugnar e recorrer.

Em / /

Assinatura





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **declara**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14(quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
Local e Data

.....
Assinatura do Representante Legal





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME / EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

..... de de 20..... (local e data)

.....
Assinatura do representante legal





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

OBJETO: *Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.*

Percentual de desconto ofertado sobre a planilha de orçamento da CESAMA:	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone / Fax:	
Dados do representante:	

Declaramos ciência e conformidade com todas as condições do Edital e seus anexos, cujos termos são de perfeita compreensão, bem como de que o mesmo contém as condições gerais relativas ao fornecimento, independente de qualquer instrumento ou termo especial. No preço proposto consideramos a execução completa do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão de obra, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, tributos, cargas, transportes, descargas e outras despesas, além do lucro

Local e Data

Assinatura do representante legal

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO VII

MODELO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

FASE HABILITATÓRIA

Declaramos, nos termos do artigo 43, incisos II e III da Lei Federal nº 8666/93, o **expresso desinteresse na interposição de recurso** contra o ato da Comissão quanto a **fase de habilitação** do processo licitatório da **Tomada de Preços nº 001/17**, nada opondo ao prosseguimento da licitação.

Juiz de Fora, ____ de ____ de ____.

Assinatura do responsável

Razão Social da empresa

FASE CLASSIFICATÓRIA

Declaramos, nos termos do artigo 43, incisos II e III da Lei Federal nº 8666/93, o **expresso desinteresse na interposição de recurso** contra o ato da Comissão quanto a **fase de classificação** do processo licitatório da **Tomada de Preços nº 001/17**, nada opondo ao prosseguimento da licitação.

Juiz de Fora, ____ de ____ de ____.

Assinatura do responsável

Razão Social da empresa





TOMADA DE PREÇOS Nº 001/17

ANEXO VIII

ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Orientações iniciais de segurança para serviços de construção de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.

1. Cumprir e fazer seus funcionários cumprirem todas as normas de segurança e medicina do trabalho;
2. Instruir seus empregados, usando treinamentos admissionais e periódicos além de outros meios, quanto às precauções a tomar para evitar acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e fadiga;
3. Não permitir o acesso às áreas da obra de funcionários trajando roupas inadequadas ou sem equipamentos de proteção individual;
4. Constituir e manter a CIPA (ou designado) ou Comissão Provisória de Prevenção de Acidente e o SESMT obedecendo a normas específicas;
5. Fornecer todos os equipamentos de proteção necessários (priorizando os coletivos ante os individuais) e treinar os trabalhadores sobre o uso e limitações;
6. Realizar os exames médicos previstos em lei com a devida periodicidade;
7. Comunicar formalmente à Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA acidentes e doenças relacionadas ao trabalho com as devidas providências tomadas para correção das causas;
8. Manter equipamentos de trabalho adequados e com manutenção realizada operados por trabalhadores treinados em seu uso;
9. Informar à CESAMA os produtos químicos utilizados no processo mantendo cópias das FISPQ nos locais de trabalho para consultas pela CESAMA;

Tomada de Preços nº 001/17 - Contratação de empresa para execução de caixas, visando instalação de válvulas reguladoras de pressão de diversos diâmetros, para a CESAMA.





10. Manter os rótulos dos produtos utilizados afixados em seus recipientes, assim como gerar orientação formal sobre condições seguras de armazenamento (reações químicas, inflamabilidade, quedas, etc.);
11. Verificar a necessidade do pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade pelo local de execução e/ou pelas atividades propriamente ditas;
12. Cumprir a legislação de segurança em instalações e serviços em eletricidade - NR-10, não permitir a realização de atividades que envolvam risco elétrico por pessoa não autorizada;
13. Cumprir a legislação de trabalho em altura - NR 35 (quando aplicável);
14. Cumprir a legislação de trabalho em espaços confinados – NR 33 (quando aplicável);
15. Atender às exigências de toda a legislação relativa à Segurança e Medicina do trabalho, especialmente NR- 18- Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
16. Cumprir o proposto no PCMAT, PPRA, PCMSO e demais programas destinados à manutenção da segurança e saúde dos trabalhadores;
17. Utilizar as áreas de vivência (inclusive refeitórios) da CESAMA, quando possível e viável, para seus funcionários ou manter permanentemente local adequado conforme legislação vigente, incluindo-se também a proteção contra intempéries;
18. Providenciar meios adequados para aquecimento das refeições, sendo proibido uso de fogareiros improvisados.
19. Fornecer água potável aos funcionários no local de trabalho em condições e quantidades adequadas ficando proibido o uso de copos coletivos;
20. Manter próximo ao local de trabalho instalações sanitárias adequadas, inclusive com estrutura para higienização das mãos, etc.;
21. Atentar para adequação de alojamentos conforme legislação vigente (quando necessário);





22. Atender às exigências das Normas de Segurança no que tange a rampas, plataformas de trabalho, escadas de acesso, andaimes, etc., assim como a movimentação de cargas;
23. Manter a área de trabalho organizada;
24. Transportar os trabalhadores em condições adequadas conforme legislação vigente usando Vans, cabines suplementares, etc.;
25. Apresentar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho:
 - a. mensalmente relação de funcionários atualizada;
 - b. relação de funcionários capacitados e autorizados a trabalharem com instalações elétricas, trabalho em altura, espaço confinado, ou outras atividades e equipamentos que necessitem de mão de obra específica;
 - c. procedimentos de trabalho considerando a prevenção de exposição aos riscos de atividades rotineiras;
 - d. análises preliminares de risco de execução de tarefas não rotineiras;
 - e. cópias dos ASOs (Atestado de Saúde Ocupacional) atualizados;
26. Contactar o gestor do contrato e/ou o setor de Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA se houver alguma dúvida relativa ao cumprimento destas orientações.

Obs.:

- a) Não se deve desconsiderar outras normas e/ou leis aplicáveis;
- b) No termo funcionário deve-se entender trabalhadores próprios e/ou contratados.

